

# PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei Nº 021/2021

## I – DO HISTÓRICO

Trata-se o expediente de Parecer Jurídico acerca do Projeto de Lei nº 021/2021, de autoria do Vereador Diogo Ferreira, que Dispõe sobre o Conselho Municipal dos direitos da Mulher e dá outras providências.

Estudada a matéria, passa-se ao parecer:

## II – DO PARECER

Passando para análise criteriosa acerca do Regimento Interno, tem-se no art. 139, I, do mesmo diploma legal, o Projeto de Lei como matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal.

No contexto, importa mencionar que é dada iniciativa ao Vereador no que tange a autoria do Projeto de Lei, como expresso no art. 147, II, do mesmo dispositivo supra.

No que tange ao mérito da matéria, tem-se que artigo 18 da Constituição Federal de 1988, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **todos autônomos**, nos termos desta Constituição.” O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, a administração e o governo próprios.

A autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

*(...)*

A Constituição Federal atribui competência aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local. Destaca-se que o Projeto de Lei em comento está tratando unicamente de interesse local da municipalidade, tendo por objetivo a proteção e atenção aos direitos da Mulher.

Nesse contexto, indisfarçável a presença do interesse público na edição da norma.

No que se refere à constitucionalidade, o indigitado Projeto de Lei, como resta evidente das considerações acima tecidas, que demonstram o relevo da matéria na localidade, se enquadra dentre as matérias elencadas entre aquelas passíveis de regulamentação pelo Legislativo Municipal.

Todavia, é importante atentar para o fato de que o Projeto de Lei em estudo, embora se enquadre na competência legislativa municipal e esteja materialmente em consonância com o ordenamento, no que se refere à iniciativa, apresenta-se viciado, já que suas determinações se encontram entre aquelas de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, por normatizar a prestação de serviços inerentes à estrutura do Poder Executivo.

A proposição em debate, ao determinar que a Administração constitua o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, delineando as finalidades de tal e arcando com todos os custos inerentes a uma operação de tal envergadura (inciso III, IV, V), acarreta um impacto na organização da estrutura já consolidada dos serviços oferecidos pela Municipalidade, invadindo assim a iniciativa exclusiva do Prefeito, único que pode iniciar processo legislativo destinado à edição de norma que interfira no orçamento e na organização administrativa do Município.

Nesse sentido, ao demandar novos serviços para a Administração Municipal, comprometendo a estrutura já traçada pelo Executivo, a proposição, se contrapõe ao princípio da separação e independência entre os Poderes.

Com efeito, apesar da já ressaltada conveniência da proposição e dos óbvios desdobramentos benéficos da medida, que institui em verdade um serviço de tamanha importância a ser realizado pela municipalidade, a ação por ela delineada constitui atividade administrativa reservada ao Alcaide Municipal pelos art. 52, incisos III e IV, e art. 82, inciso XII, ambos da Lei Orgânica do Município, "verbis":

*Art. 52-São de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre:*

*(...)*

*III-organização administrativa, matéria financeira e Orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração pública Municipal;*

*IV-criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.*

*Art. 82-Ao Prefeito compete, privativamente:*

*(...)*

*XII-dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da lei*

Diante disso, flagrante que as disposições do Projeto de Lei nº 021/2021, de autoria parlamentar, consubstanciam-se em clara violação ao princípio da separação e independência entre os Poderes, esculpido no artigo 2º da Constituição Federal brasileira.

Deste modo, apesar de constitucional quanto ao conteúdo, o Projeto apresenta inconstitucionalidade no que diz respeito ao requisito formal da iniciativa.

### III - CONCLUSÃO

**Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação.** Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

*“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.*

Assim, ante ao exposto, é nítido que o presente Projeto de Lei está maculado pela inconstitucionalidade, possuindo vício de iniciativa (inconstitucionalidade formal subjetiva), por isso, **OPINO PELA ILEGALIDADE DO REFERIDO PROJETO DE LEI.**

É o parecer.

Teófilo Otoni/MG, 05 de fevereiro de 2021



**Marco Junio Soares e Silva**

Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Teófilo Otoni